



---

## O LEGADO DE GEOGRAFIA DA FOME E A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE JOSUÉ DE CASTRO NO CONTEXTO BRASILEIRO

### THE GEOGRAPHY LEGACY OF HUNGER AND THE CURRENT THOUGHTS OF JOSUÉ DE CASTRO IN THE BRAZILIAN CONTEXT

### EL LEGADO GEOGRÁFICO DEL HAMBRE Y LOS PENSAMIENTOS ACTUALES DE JOSUÉ DE CASTRO EN EL CONTEXTO BRASILEÑO

**Luiz Eduardo Neves dos Santos**

Doutorando em Geografia (UFC); Professor da Universidade Federal do Maranhão – [luiz.edu.neves@gmail.com](mailto:luiz.edu.neves@gmail.com)

**Sávio José Dias Rodrigues**

Doutor em Geografia (UFC); Professor da Universidade Federal do Maranhão – [savio.jose@ufma.br](mailto:savio.jose@ufma.br)

*Recebido em: 03/09/2021*

*Aceito para publicação: 27/09/2021*

#### **Resumo**

Geografia da Fome de Josué de Castro constitui uma das mais relevantes e emblemáticas obras do pensamento social brasileiro, embora, até hoje não seja inteiramente reconhecida como tal. Destarte, sua atualidade é inquestionável, visto que a fome é uma realidade presente na vida de milhões de brasileiros, mesmo o país sendo um dos maiores produtores de alimentos do planeta. A obra do médico e geógrafo, escrita nos anos 1940, já denunciava o equivocado modelo desenvolvimentista no Brasil, que não combatia o latifúndio, a monocultura, o feudalismo agrário e o desemprego, modelo que mirava uma industrialização, mas se recusava a enfrentar o problema fundiário ao não propor uma reforma agrária para matar a fome do povo. O objetivo deste ensaio é debater e resgatar a obra Geografia da Fome, traçando um paralelo com a insegurança alimentar que o país vivencia no atual período histórico, na tentativa de também suscitar e despertar interesse em jovens geógrafos e outros pesquisadores sobre a obra de um dos mais profícuos intérpretes do Brasil. Para tanto, foi imprescindível para elaboração do texto, a releitura do livro, abordando seus principais temas, além de uma breve contextualização histórica no que se refere ao problema da fome, suas políticas públicas e programas sociais.

**Palavras-chave:** Geografia da Fome; Josué de Castro; Brasil.

#### **Abstract**

Josué de Castro's Geography of Hunger [*Geografia da Fome*] is one of the most relevant and emblematic works of Brazilian Social thought, although to date it is not fully recognized as such. The work of the physician and geographer, written in the 1940s, already denounced the mistaken developmental model in Brazil, which did not fight the large landholding, monoculture, agrarian feudalism and unemployment, a model that aimed at industrialization, but refused to face the problem by not proposing an agrarian reform to quench people's hunger. The objective of this essay is to debate and rescue the work *Geografia da Fome*, drawing a parallel with the food insecurity that the country experiences in the current historical period, in an attempt to also arouse and arouse interest in young geographers and other researchers about the work of one of the most prolific interpreters in Brazil. Therefore, it was essential for the preparation of the text, the rereading of the book, addressing its main themes, as well as a brief historical contextualization with regard to the problem of hunger, its public policies and social programs.

**Key Words:** Geography of Hunger [*Geografia da Fome*]; Josué de Castro; Brazil.

#### **Resumen**

Geografía del Hambre de Josué de Castro es una de las obras más relevantes y emblemáticas del pensamiento social brasileño, aunque hasta la fecha no está plenamente reconocida como tal. Así, su relevancia es

incuestionable, ya que el hambre es una realidad en la vida de millones de brasileños, a pesar de que el país es uno de los mayores productores de alimentos del planeta. El trabajo del médico y geógrafo, escrito en la década de los cuarenta, ya denunciaba el modelo de desarrollo equivocado en Brasil, que no combatió el latifundio, el monocultivo, el feudalismo agrario y el desempleo, modelo que apuntaba a la industrialización, pero que se negaba a enfrentar el problema por medio de no proponer una reforma agraria para saciar el hambre de las personas. El objetivo de este ensayo es debatir y rescatar la obra *Geografía del Hambre*, trazando un paralelo con la inseguridad alimentaria que vive el país en el período histórico actual, en un intento de despertar y despertar también el interés de jóvenes geógrafos y otros investigadores sobre el obra de uno de los intérpretes más prolíficos de Brasil. Por tanto, fue fundamental para la elaboración del texto, la relectura del libro, abordando sus principales temas, así como una breve contextualización histórica en torno a la problemática del hambre, sus políticas públicas y programas sociales.

Palabras clave: *Geografía del Hambre*; Josué de Castro; Brasil.

## Prólogo

*“A destruição anual de dezenas de milhões de homens, mulheres e crianças pela fome constitui o escândalo do nosso século. A cada cinco segundos, morre uma criança de menos de dez anos. Em um planeta que, no entanto, transborda de riquezas... uma criança que morre de fome é uma criança assassinada”.* (Jean Ziegler, em **Destruição em Massa: geopolítica da fome**, 2013, p. 21)

A avaliação da obra de Josué de Castro a luz do contexto brasileiro mostra sua atualidade para entender o Brasil, seja de problemas crônicos, com a permanência da fome, a atuação do Estado, a estrutura fundiária, seja com problemas advindos do processo de globalização ou intensificados com estes, como a concentração técnica ou o uso desta de maneira desigual e concentrada, até o avanço das *commodities* e a modernização da agricultura.

A modernização da agricultura, a internacionalização da produção de alimentos em conjunto com o avanço das *commodities*, a inserção cada vez maior de grandes conglomerados na produção de alimentos no Brasil e a concentração fundiária são fenômenos que se apresentam como recentes, mas que guardam heranças na história brasileira e que foi analisada por Josué de Castro.

Podemos afirmar, por exemplo, que a modernização da agricultura, junto à inserção cada vez maior de técnicas e uso de ciência e tecnologia, são fenômenos que, no discurso, resultam de uma necessidade com a produção alimentar. Porém, essa é uma análise que não leva em consideração a apropriação técnica ou mesmo, dos meios de produção, como a terra. Esta última, como veremos, foi objeto de análise na obra *Geografia da Fome* que se colocou em evidência.

No que diz respeito à modernização da agricultura, esta é apresentada como sinônimo da efetividade da produção de alimentos e que num contexto global, tem sido associada como

parte da diminuição da fome mundial. Assim, tal modernização no Brasil se liga ao discurso produzido mundialmente que coloca a produtividade, o emprego de técnicas de produção científicas e globalizadas, como parte da diminuição da fome.

O contexto no qual Josué se encontrava, o fez refletir sobre uma questão que permanecia intocada enquanto problema nacional. A reforma agrária era um problema do Brasil que se mostrava um empecilho para o desenvolvimento nacional. Dessa maneira, uma contradição que ele encontrou no fenômeno da fome, não era em si a produção de alimentos, mas sim, de como, onde e por quem esse alimento é produzido, empregando o método geográfico, ele pôde fazer tal análise com grande densidade.

### **A obra e o autor no contexto brasileiro**

Em 1946, quando Josué de Castro publicou *Geografia da Fome*, o Brasil era um país com pouco mais de 41 milhões de habitantes e padecia de graves problemas: a esperança de vida era de 45 anos, a taxa de mortalidade infantil era de aproximadamente 147 óbitos para cada 1.000 crianças nascidas vivas até seu primeiro ano de vida, 56% da população acima dos 10 anos de idade era analfabeta e 70% vivia em territórios rurais (IBGE, 1940). Evidentemente, o país melhorou estes dados nos últimos três quartos de século, embora atualmente ainda se constate uma incômoda, persistente e ampla concentração de riqueza com seus respectivos níveis de desigualdades sociais e espaciais, de modo que a fome ainda represente uma das faces mais terríveis deste processo, que já fora identificado, interpretado, analisado e denunciado neste e em outros ensaios do médico e geógrafo pernambucano.

O livro pode ser considerado o mais relevante estudo socioespacial sobre o tema da fome já realizado no Brasil até hoje, primeiro pelo seu pioneirismo, segundo porque se destaca pelo rigor científico em abordagem qualitativa, feito em uma escala de análise espacial ampla e complexa, com sólida base teórica e método geográfico interpretativo, e em terceiro lugar pela força e coragem da denúncia de um tema quase que proibido na época, como o próprio autor menciona no prefácio da primeira edição.

A fome foi um tabu por longos anos no Brasil. Considerado um tema proibido, apesar de ser uma realidade constante na vida dos brasileiros. Um país de grande extensão territorial, que almejava sua modernização, não poderia admitir que sua população vivesse padecendo com falta de alimento. *Geografia da Fome* foi um marco neste sentido. A obra escancarou o que era

---

um problema velado no Brasil, trazendo a tona o que nas imagens e representações sobre o tema era apenas uma realidade asiática, ou de uma Europa que viveu os horrores da guerra.

Não só da fome causada por fenômenos tópicos, mas, também, a fome enquanto um fenômeno endêmico. A contribuição da obra perpassa em romper a ideia da fome enquanto apenas epidemia. Talvez um dos maiores avanços da obra de Josué de Castro seja a sua relação entre a Geografia e o fenômeno, fazendo uma análise da cultura alimentar das regiões e sua vinculação com as carências nutricionais de cada grupo populacional, trazendo o que ele chamou de fome endêmica.

A obra foi pioneira ao tratar da fome e suas causas no Brasil, apresentando um panorama das carências vitamínicas, protéicas e minerais na escala do país. Josué de Castro faz um mapa de áreas alimentares, dividindo-o em três tipologias, a saber: 1. *Área de fome endêmica* (Amazônia e todo o litoral nordestino, descrito como “nordeste açucareiro”); 2. *Área de epidemias de fome* (Sertão nordestino); e 3. *Área de Subnutrição* (territórios equivalentes às regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul atuais, chamando-as de “Centro-Oeste” e “Extremo Sul”). A parte final do livro é dedicada ao “Estudo do Conjunto Brasileiro”.

Na região amazônica as causas naturais eram um grande entrave a uma alimentação diversificada, o ambiente quente e úmido da floresta era hostil ao cultivo de hortaliças, a população consumia precariamente frutas, legumes e verduras (com exceção do açaí e outras frutas silvestres), as carnes comuns consumidas eram as de caça, mas havia uma rica variedade de peixes, crustáceos, moluscos, ostras e siris. A dieta básica era composta, além das espécies fluviais, por feijão, rapadura e farinha de mandioca. Havia carências muito específicas, que incluía sódio, cálcio e as vitaminas A e B1. As doenças mais comuns observadas na região eram o beribéri, a tuberculose, as verminoses e a malária.

No nordeste açucareiro, a obra do cientista social se referia à apropriação do território por um sistema colonial baseado no latifúndio e na monocultura do açúcar, com forte presença da mão de obra escrava, que gerou uma configuração espacial marcada por diferenças gritantes nas moradias de grupos humanos em grave situação de pobreza, como os milhares que viviam nos mocambos do Recife, “plantados nos mangues e nos arredores da verdadeira cidade” (CASTRO, 2001, p. 124), que abrigavam casas de taipa e alvenaria, parte deste conjunto representado pelos sobrados.

As carências alimentares de sódio e ferro foram problematizadas, causando grande incidência do fenômeno da chamada *geofagia* entre os meninos de engenho, o ato instintivo de se alimentar de terra. As condições naturais, próprias do litoral, eram distintas das que se apresentavam no sertão no que diz respeito ao teor de proteína disponível, como os ciclos do caranguejo, do marisco e do sururu. Josué de Castro foi testemunha ocular de um verdadeiro exército de gente pobre desenterrando mariscos para a sua alimentação nas margens do Capibaribe nas marés baixas, um verdadeiro formigueiro humano arrancando da lama a sua subsistência (CASTRO, 2001).

A Área de Subnutrição que equivale, hoje, às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a alimentação tinha como base o milho, o feijão e a carne, tanto de origem bovina quanto suína. Mas havia poucas quantidades de iodo na alimentação, causando o aparecimento do bócio, uma inflamação da glândula tireóide, localizada no pescoço. Josué de Castro destacou que a região Sul era caracterizada pelo sistema de pequenas propriedades agrícolas familiares, resultado da presença de imigrantes europeus e asiáticos durante os séculos XIX e XX. A dieta era rica em carne, arroz, batata e pão.

Foi no território do “Sertão do Nordeste” que Josué de Castro mais concentrou seus esforços de análise, não por acaso, a região era castigada por episódios de fome severa, devido, entre outras coisas, à estiagem cíclica, provocando mortes e obrigando o sertanejo a migrar para outros lugares. Em 1944, o artista Cândido Portinari havia utilizado a técnica óleo sobre tela para retratar esta realidade, seu famoso quadro “Retirantes” mostrava uma família em situação de grave desnutrição. A obra apresenta cores fúnebres, tons terrosos e elementos que, dois anos mais tarde, seriam esmiuçados em *Geografia da Fome*, como os corpos esqueléticos, uma criança maior, fadigada e subnutrida, pendurada nas ancas da mãe e outra com “barriga d’água”. Todos os membros da família estão descalços sobre a terra seca, com olhares amedrontados e tristes.

Josué de Castro fez uma densa caracterização geográfica deste território e seus 670 mil quilômetros quadrados, dividindo-o nas seguintes faixas: Agreste, Caatinga e Alto Sertão, que se “estende desde as proximidades da margem direita do Rio Parnaíba [...] até o Rio Itapicuru, abrangendo terras centrais dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia” (CASTRO, 2001, p. 157). O pesquisador se referiu ao

clima semiárido e sua pluviosidade irregular, às características pedológicas e fluviais deficientes de água, à topografia, ao bioma caatinga, seus ecossistemas e espécies da flora.

A base da alimentação da região era o milho. O processo de ocupação do território se deu através da pecuária extensiva, iniciada no último quartel do século XVI, impulsionada pela dinâmica comercial que se formara no litoral açucareiro – com a exiguidade de animais para força de tração e também para atingir o mercado consumidor de carne – e de mineração, em manchas do território central da colônia. Para Duarte (2003), o rebanho de caprinos se adaptou às condições ambientais do sertão, expandindo a oferta local de carne e leite. Gradativamente, foi se definindo uma organização econômica que associava a policultura alimentar à pecuária extensiva e à lavoura do algodão.

Desta forma, Josué de Castro constatou que foi se estabelecendo um padrão alimentar equilibrado na dieta do sertanejo a partir do consumo do milho, do leite, da farinha de mandioca, do feijão, do inhame, da batata-doce, da rapadura, do mel e do café, fontes de carboidratos e proteínas, que aliadas à incidência de luz solar e seus aportes de vitaminas C e D, auxiliavam, segundo o autor, na resistência do povo sertanejo às doenças infecciosas e, também, a ausência, em grandes proporções, de avitaminoses e de carências minerais.

Tendo como base teórica e metodológica, geógrafos franceses como Pierre Deffontaines e Vidal de La Blache, discutindo a temática da fome com autores naturalistas como Euclides da Cunha e Rodolfo Teófilo, se utilizando da riqueza semântica, poética e narrativa de romancistas como Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida, travando duros debates com Gilberto Freyre<sup>1</sup> e citando os importantes estudos sobre alimentação do médico e conterrâneo Orlando Paraim, Josué de Castro elaborou uma rica análise sobre o subdesenvolvimento e os episódios de fome aguda no sertão, agravadas nos períodos de estiagem crítica, no entanto foi muito além das explicações por causas ambientais, climáticas e da irregularidade pluviométrica, algo impregnado no imaginário e na consciência nacional da época. Desde a publicação, em 1937, de *Documentário do Nordeste*, que Josué de Castro afirmava que o problema da miséria e da

---

<sup>1</sup> Josué de Castro desmistificara a ideia colocada por Freyre de que os dois extremos da região nordeste eram os mais bem alimentados, os Senhores e os escravos, já que estes últimos precisavam estar bem nutridos para os afazeres diários. Castro cita o estudo de Ruy Coutinho “Alimentação e estado nutricional do escravo no Brasil” para refutar Freyre – no qual é identificado preocupantes carências e afecções alimentares entre cativos – afirmando que “a rigor, o sociólogo não deveria escrever ‘os mais bem alimentados’, mas os que comem maiores quantidades de alimentos, o que é bem diferente. São afirmações como esta, destituídas de todo fundamento, ao lado de uma impropriedade vocabular que denuncia o desconhecimento, o mais completo, do autor, dos assuntos de alimentação, que tornam a obra de Gilberto Freyre uma obra destituída de qualquer valor científico.

fome na região era estrutural, explicado por dimensões de caráter histórico, fundiário, político e social.

Todo o sistema de fatores negativos que entravam as forças produtivas da região é oriundo da arcaica estrutura agrária ali reinante. Todas as medidas e iniciativas não passarão de paliativos para lutar contra a fome, enquanto não se proceder a uma reforma agrária racional que liberte as suas populações da servidão da terra, pondo a terra a serviço de suas necessidades (CASTRO, 2001, p. 244).

A monocultura, o latifúndio e o feudalismo agrário, aliado ao desemprego, subemprego e à baixa produtividade para atender às demandas regionais eram vistas como as principais causas do subdesenvolvimento do nordeste segundo Josué de Castro.

O último capítulo de *Geografia da Fome* versa sobre o Brasil como um todo, sem se utilizar de dados estatísticos, o autor afirmara que a aventura colonial e os ciclos econômicos destrutivos, fizeram do Brasil um país subdesenvolvido, desigual e concentrado de renda. Os objetivos mercantis e depois rentistas – num amalgama de interesses estrangeiros e de uma minoritária elite nacional – consolidaram no país um sistema de monocultura agroexportadora, que sacrificou a potencial “agricultura de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo” (CASTRO, 2001, p. 267).

Josué de Castro faz duras críticas ao liberalismo econômico e à livre concorrência como indutoras do desenvolvimento do Brasil, por isso apostava na planificação econômica com metas definidas, industrialização e diversificação produtiva no campo, para que não houvesse o perigo do que denominou de aventuras mercantis estrangeiras, que sempre se mostraram nocivas aos interesses nacionais. É completa:

A tomada de consciência da realidade brasileira por parte do nosso povo incutiu no espírito das massas esta ideia-força de que só através do nosso desenvolvimento econômico real nos libertaremos da opressão e da escravidão econômica que a maioria de nossas populações (CASTRO, 2001, p. 280).

O autor faz críticas enfáticas a essa ideologia presente nas massas e que o governo da época tentava emplacar, ou seja, só o processo de industrialização nacional nos libertaria do subdesenvolvimento. Josué chamava atenção para que o governo investisse também na economia agrícola, por isso o dilema levantado por ele no subtítulo da obra: pão ou aço, “investir suas escassas disponibilidades de recursos na obtenção de bens de consumo ou concentrá-las na industrialização intensiva, sacrificando durante um certo tempo as aspirações da melhoria social coletiva” (CASTRO, 2001, p. 282). A resolução, segundo Josué de Castro, seria compatibilizar pão e aço segundo a imposição das circunstâncias sociais e da disponibilidade econômica existente.

A defesa de uma ampla reforma agrária era condição essencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, segundo Josué de Castro. Para isso, era preciso superar o obstáculo jurídico da propriedade privada mediante “justo valor” a ser pago pelo Estado, pois era regulado por preços de mercado a partir de uma visão privatista dos tribunais, o que inviabilizaria qualquer tipo de reforma agrária, que segundo Castro (2001, p. 286)

não é um simples expediente de desapropriação e redistribuição da terra para atender às aspirações dos sem-terra. Processo simplista que não traz solução real aos problemas da economia agrária. Concebemos a reforma agrária como um processo de revisão das relações jurídicas e econômicas, entre os que detêm a propriedade agrícola e os que trabalham nas atividades rurais. Traduz, pois, a reforma agrária uma aspiração de que se realizem, através de um estatuto legal, as necessárias limitações à exploração da propriedade agrária, de forma a tornar o seu rendimento mais elevado e principalmente mais bem distribuído em benefício de toda a coletividade rural.

Josué de Castro identificou problemáticas que caracterizavam à época o subdesenvolvimento brasileiro que deveriam servir de modelo para o Estado dos anos 1940 em diante. *Geografia da Fome* já criticava a opção governamental unilateral pela industrialização como a única a levar o país ao desenvolvimento econômico, além de demonstrar de maneira clara a realidade das relações no campo, com sua estrutura fundiária baseada no latifúndio e na monocultura, causas da miséria e da fome em diversas regiões do país. Josué identificou, ainda, problemas como a insuficiente produção alimentar e seus gargalos logísticos para o abastecimento do povo brasileiro. Denunciou que a desnutrição crônica com suas graves deficiências no país contribuía para os alarmantes índices de mortalidade infantil, baixa média de esperança de vida e toda uma série de afecções por carências alimentares que impediam que a população brasileira conseguisse ter o mínimo de dignidade e qualidade de vida.

### **O que mudou depois da obra?**

Entre os anos 1930 até o fim do século XX, o Brasil continuava a ser assombrado pela fome<sup>2</sup>, apesar de melhorar os índices econômicos e sociais nos anos 1990 em relação às décadas passadas. Na Era Vargas (1930-1945) se instituiu o salário mínimo, com a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), com a emergência da política social de alimentação e nutrição, muito em função da repercussão em âmbito nacional de um estudo realizado e publicado por Josué de Castro sobre as condições de vida e da alimentação das classes operárias do Recife em 1932, em que constatou que o

---

<sup>2</sup> Em 1985, a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) pelo MAPA insere um novo termo na agenda governamental, a Segurança e a Insegurança Alimentar para caracterizar as situações de carência alimentícia e nutricional (SILVA, 2014).

consumo alimentar diário era insuficiente e despendia mais de dois terços do valor do salário das famílias, além da pobreza em vitaminas e sais minerais com uma alta mortalidade e baixa esperança de vida (CASTRO, 1959). Segundo Vasconcelos (2005, p. 442)

entre o Plano SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia) de Gaspar Dutra (1946-1950), o retorno do populismo de Getúlio Vargas (1951-1954), o desenvolvimento rápido do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e as reformas de base de João Goulart (1961 - março de 1964), a questão da intervenção estatal em alimentação e nutrição materializou-se pela continuidade das ações do SAPS; da criação, em 1954, do embrião do atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do início dos programas de assistência nutricional às gestantes, nutrízes e crianças menores de cinco anos de idade desenvolvidos pela CNA.

Arelado a tudo isso, havia articulações com organizações e programas internacionais de auxílio alimentar criados no pós-2<sup>a</sup> Guerra, tais como a *Food and Agriculture Organization* (FAO), o *United Nations International Children Emergency Fund* (UNICEF) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). Em 1957 foi criada a Associação Mundial de Luta Contra a Fome, com sede em Genebra (Suíça), seu primeiro presidente foi Josué de Castro.

No decorrer da ditadura, o problema da fome permaneceu, a concentração de renda aumentou, mas os militares trataram de camuflar – via propagandas ufanistas – os índices de pobreza e fome. Segundo Frozi (2014), os anos da “ditadura se descortinaram em tempos em que pobres e famintos foram todos silenciados. Algumas pessoas – na sua maioria sem memória – chegaram a dizer nos dias atuais que não havia pobre no Brasil”. Em 1972 é criado o INAM (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), que foi o fomentador da política nacional de alimentação e nutrição. Em 1973 e 1974 são criados o I e o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I e II PRONAN) para suprir as necessidades alimentares de “grupos materno-infantis, escolares e trabalhadores” (BONFIM, 2000). Tais políticas não passaram de paliativos, pois nem de longe, conseguiram combater com eficiência a insegurança alimentar no país.

Com a redemocratização o problema da fome não havia sido resolvido. Até os anos 1930/1940 as tentativas de combate a fome, já identificadas naquela época por Josué de Castro, eram as questões relacionadas ao abastecimento, ligadas à oferta de alimentos, até o fim dos anos 1980, se associava a política de preços e o controle da oferta, os anos 1990, “os problemas de abastecimento passaram a ser combatidos mediante a desregulamentação do mercado, na esperança de que o crescimento econômico proporcionasse renda às famílias pobres” (BELIK, 2010), era o advento das políticas neoliberais, iniciadas por Fernando Collor de Mello e intensificadas por Fernando Henrique Cardoso, no qual a preocupação primacial do Estado se

resumia ao equacionamento das políticas monetária, fiscal e cambial, com o consequente atendimento aos interesses da elite nacional e dos rentistas e investidores do mercado financeiro.

Segundo Vasconcelos (2005, p. 448), “no início dos anos 1990, havia 32 milhões de pobres e famintos existentes no país”, de acordo com os dados da Ação da Cidadania e o Plano de Combate à Fome e à Miséria, ONG liderada por Herbert de Souza. Somado ao trabalho do sociólogo, no governo Itamar Franco, houve a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), “que tinha como objetivo coordenar a elaboração e a implantação do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria, dentro dos princípios da solidariedade, parceria e descentralização” (TOMAZINI; LEITE, 2016, p. 20). A criação do CONSEA<sup>3</sup> contribuiu para que uma agenda de segurança alimentar na política brasileira se formasse, efetivando uma parceria sociedade/poder público, em virtude da formação de uma representação civil direta que buscava dar legitimidade ao tema no governo.

Somente no fim do segundo mandato de FHC, em 2001, por iniciativa de primeira-dama Ruth Cardoso, foram implantados programas sociais de combate à fome e à miséria via transferência de renda, qual seja o Bolsa Alimentação, o Bolsa Escola e o Auxílio Gás, mas foram iniciativas embrionárias, com poucos impactos na inflexível estrutura socioeconômica brasileira, mas que nos anos subsequentes se expandiria de maneira vertiginosa através da consolidação do chamado *Programa Bolsa Família*.

Em 2003, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República, houve uma nova agenda no país através da formulação e implementação de programas de combate à pobreza. Não a toa, logo no primeiro mês de mandato foi lançado o *Programa Fome Zero*, momento em que o legado de Josué de Castro é evocado, já que, principalmente no último quartel do século XX, pouquíssima importância foi dada ao conjunto de sua obra<sup>4</sup>.

O Programa Fome Zero nasceu a partir da necessidade de alimentar uma população castigada pela miséria, pelo desemprego e pela ausência de inclusão das famílias a serviços dignos de educação e saúde. No início do século XXI, 44 milhões de pessoas viviam em estado

<sup>3</sup> O CONSEA foi extinto no governo Fernando Henrique Cardoso com a criação do Programa Comunidade Solidária. O conselho foi reorganizado em 2003, no primeiro governo Lula, associado às ações do Programa Fome Zero. No atual governo Bolsonaro do Conselho foi extinto novamente.

<sup>4</sup> “Para alguns de seus estudiosos, Josué de Castro está indissociável e indiscutivelmente no palco do pensamento social brasileiro. Contudo, na hierarquia dos intérpretes brasileiros encontra-se no rol dos esquecidos, esquecidos porque pouco lidos” (SILVA; NUNES, 2017, p. 3678).

de subnutrição no Brasil e 180 mil crianças morriam todo ano em razão da fome (BETTO, 2010). Ao objetivar a melhoria do nível de renda da população considerada pobre, visto que o problema da fome no Brasil estava e ainda está diretamente relacionado com a concentração fundiária, de renda e com os preços dos alimentos e não à falta de oferta ou escassez destes, o Programa Fome Zero resgatou as ideias centrais expostas em *Geografia da Fome*.

Ainda no primeiro mandato do governo Lula, em janeiro de 2004, o Programa Fome Zero foi extinto, substituído pelo Programa Bolsa Família (Lei 10.836/04), que era parte integrante das dezenas de outras modalidades de combate à insegurança alimentar do Fome Zero, mas que naquele momento unificaria todos os programas de transferência de renda existentes.

A política econômica do governo Lula foi, ao menos no primeiro mandato, uma continuação de seu antecessor, baseada em “políticas monetárias recessivas e políticas fiscais ortodoxas” (OLIVEIRA, 2018, p. 66), juros altos, controle da inflação e crescimento econômico modesto. Posteriormente, em decorrência de um maior crescimento econômico no segundo mandato, com recordes de exportações de *commodities* para o mercado internacional, houve uma expansão, dentre outras, das políticas de assistência social de um lado e a manutenção, e o estreitamento de alianças e de pactos com as elites políticas (conservadoras) e econômicas de outro, visto que as taxas de juros eram altíssimas e os grupos do topo da pirâmide social não foram afetados em seus privilégios.

O Programa Bolsa Família se consolidou como uma política de proteção social não contributiva e de transferência de renda direta e condicionada, tendo como finalidade precípua a melhoria das condições de vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Sua expansão na gestão Lula e no governo de Dilma, chegou a cifra de R\$ 27 bilhões, atendendo a 14 milhões de famílias (SOUZA et. al., 2019)

O Programa, com suas inconsistências e qualidades, permitiu a melhoria da qualidade de vida de populações antes vulnerabilizadas, a redução da extrema pobreza, das desigualdades e da fome no Brasil, a melhoria de importantes indicadores de saúde e educação, além de uma maior qualidade da saúde nutricional e desenvolvimento econômico local e regional. Souza et al. (2019) afirmaram que o programa é peça fundamental no sistema de proteção social brasileiro, já que combate a pobreza e a fome de forma efetiva, embora os recursos financeiros por família, seja ainda pequeno – cada uma recebe em média R\$ 180,00.

Mesmo com políticas de combate à fome, o Brasil ainda possui números que assustam. Em 2008, o *Jornal do Commercio*, de Pernambuco, em comemoração ao centenário do nascimento de Josué de Castro, publicou uma série de reportagens que trataram do drama da fome nos nove estados do Nordeste e mais o Tocantins. Um alerta que o jornal deu é que a diminuição nos números escondia o drama dos brasileiros que permaneciam padecendo, o que era angustiante nos relatos apresentados nas linhas das reportagens.

A reportagem que tratava do Maranhão foi publicada em Setembro de 2008 e se referia ao estado como “Terra para alimentar bicho, e não gente. Hectares e hectares de pasto verde e vistoso. Gado gordo, homem magro” (*JORNAL DO COMMERCIO*, 2008). A situação exposta pela reportagem era de carência alimentar causada pela pobreza e trabalho pesado realizado pelos trabalhadores rurais do estado e que tinha ressuscitado o beribéri. Uma enfermidade que foi considerada como a doença da fome, tal como o próprio Josué de Castro considerou, uma doença causada por “quadros nosológicos de carências alimentares” (CASTRO, 1984, p. 33), ou ainda como uma “anemia alimentar”.

A doença que é causada pela carência de vitamina B1 é encontrada em área de alimentação baseada na mandioca, assim como as áreas amazônicas, ou em outras regiões de florestas tropicais no mundo.

Uma doença da fome, num lugar em que a produção de alimentos cresce vertiginosamente, como é o caso do crescimento da produção de grãos de soja. Essa oleaginosa, rica em proteínas vegetais, é o terceiro produto de exportação do estado do Maranhão, servindo, sobretudo, mercados chineses e norte-americanos.

Novamente a questão colocada como basilar por Josué de Castro não é a carência do alimento em si. O que ele coloca a partir da reforma agrária, pode ser lido na amplitude deste conceito. Além da distribuição de terras, acesso a financiamento, educação, condições de vida no campo.

Ao mesmo tempo em que o Brasil se tornou o 4º produtor e o 2º exportador de grãos do mundo em 2020 – com destaque para soja e milho, além de algodão, açúcar e café – e o 2º maior exportador de carnes (bovina, aves e suínos) do planeta, segundo dados do *FAO Statistical Programme of Work 2020–2021* (FAO, 2021), o país amarga também a triste marca de 19 milhões de famintos no mesmo período (PENSSAN, 2021). Isto se deve a escolha de um modelo de desenvolvimento econômico baseado na grande propriedade de terra, com produção

altamente tecnicizada, dependente das flutuações cambiais e da demanda do mercado global consumidor de *commodities*. Tal modelo é avesso à reforma agrária, à produção agrícola familiar, à manutenção e conservação dos biomas e à demarcação de territórios para comunidades tradicionais, questões que Josué de Castro denunciou veementemente décadas atrás.

### **Epílogo**

A obra de Josué de Castro é atual. Ela analisa um contexto que historicamente parece distante, mas que repete processos na contemporaneidade. A fome ainda é um problema da população brasileira, desde os rincões mais afastados às periferias das grandes cidades, embora com novas formas, mas com o mesmo sofrimento e a mesma humilhação.

José Apolônio de Castro, nordestino, natural do Recife, capital do estado de Pernambuco. Formou-se médico na Bahia em 1929. Nos anos 1930 fez concurso para o cargo de Professor Titular em Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Publicou a tese para o concurso de Professor Titular em Geografia Humana, intitulada *Fatores da localização da Cidade do Recife*. É considerado um dos principais precursores da Geografia Científica brasileira.

Possui uma vasta obra que abrange estudos sobre alimentação, raça, fome e Geografia. Destacou-se nacional e mundialmente por obras, dentre outras, como *Documentário do Nordeste (1935)*, *Geografia Humana (1939)*, *Geografia da Fome (1946)*, *Geopolítica da Fome (1951)*, *O Livro Negro da Fome (1957)*, *Sete Palmas de terra e um caixão (1965)*, *Homens e Caranguejos (1965)* e *A explosão demográfica e a fome no mundo (1968)*.

Foi eleito Presidente do Conselho Executivo da FAO, Fundo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, organismo que ajudou a fundar em 1946. Reeleito por unanimidade pelos delegados dos países que formavam o Conselho das Nações Unidas, permanecendo no cargo até o final de 1956. Recebeu diversos prêmios e honrarias. Segundo Ziegler (2013, p. 120), foi agraciado “em plena Guerra Fria, em Washington, com o *Prêmio Roosevelt* da Academia Americana de Ciências Políticas e, em Moscou, o *Prêmio Internacional da Paz*. Em 1957, recebeu a *Grande Medalha da Cidade de Paris*, a mesma concedida antes a Pasteur e a Einstein”. Faleceu na França em setembro de 1973, exilado e impedido de voltar ao seu país pelos generais da sanguinária ditadura civil-militar brasileira.



---

Uma de suas frases mais conhecidas – pronunciada em Helsink, Finlândia no ano de 1954 ao receber uma premiação concedida pelo Conselho Mundial da Paz – deve ou deveria ser colocada em prática num mundo em que a produção de alimentos é gigantesca e mais que suficiente para matar a fome da população: “o primeiro direito do homem é o de não passar fome”. Que o legado e a memória de Josué de Castro não se percam!

### Referências Bibliográficas

BELIK, Walter. Projeto Fome Zero: O Desenho de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional para o Brasil. In: ARANHA, Adriana Veiga (Org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. Volume 1. p. 176-188.

BETTO, Frei. Fome Zero: ganhos e perdas. In: ARANHA, Adriana Veiga (Org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. Volume 1. p. 133-139.

BONFIM, João Bosco Bezerra. **A Fome que não sai no Jornal: o discurso da mídia sobre a fome**. Brasília: Editora Plano, 2000. 118p.

CARVALHO, Arnaldo; LOBO, Rodrigo. Carência extrema ressuscita beribéri. **Jornal do Commercio**, Recife, 5 set. 2008 (Especial Caminhos da Fome).

CASTRO, Josué. **Documentário do Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959. 212p.

\_\_\_\_\_. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro, pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984. 348p.

\_\_\_\_\_. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro, pão ou aço**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 318p.

DUARTE, Renato. Josué de Castro e as evidências científicas da fome dispensável. In: ANDRADE, Manuel Correia de et. al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 95-105. (Coleção Pensamento Radical).

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **FAO Statistical Programme of Work 2020–2021**. Rome, 2021. Disponível em:<[FAO Statistical Programme of Work 2020–2021](#)>. Acesso em 21 jun. 2021.



FROZI, Daniela. A Ditadura e os Pobres. **CONSEA (notícias/artigos)**. Brasília, 22 jan. 2015. Disponível em:<[A ditadura e os pobres — Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional \(planalto.gov.br\)](#)>. Acesso em 18 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 1940**. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em:<[IBGE | Biblioteca | Detalhes | Recenseamento geral do Brasil 1940 : censo demográfico : censos econômicos](#)>. Acesso em 10 jun. 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. 175p.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). **Insegurança Alimentar e a Covid-19 no Brasil (Inquérito Nacional - VIGISAN)**. Brasília, 2021. 65p. Disponível em:<[OLHE PARA A FOME](#)>. Acesso em 20 jul. 2021.

SILVA, Mercês de Fátima dos Santos; NUNES, Evandro Duarte. Josué de Castro e o pensamento social brasileiro. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 3677-3687, 2017. Disponível em:<[SciELO - Brasil - Josué de Castro e o pensamento social brasileiro Josué de Castro e o pensamento social brasileiro](#)>. Acesso em 17 jun. 2021.

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na genda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação. **Textos para Discussão 1953**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília/Rio de Janeiro, 2019. 76p. Disponível em:<[capa\\_1953 \(ipea.gov.br\)](#)>. Acesso em 15 jun. 2021.

SOUZA, Pedro H. G. F.; OSORIO, Rafael G.; PAIVA, Luis H.; SOARES, Serjei. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. **Textos para Discussão 2499**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília/Rio de Janeiro, 2019. 38p. Disponível em:<[td\\_2499.pdf \(ipea.gov.br\)](#)>. Acesso em 15 jun. 2021.

TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane K. da Silva. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 13-30, jun 2016. Disponível:<[01.vp \(scielo.br\)](#)>. Acesso em 14 jun. 2021.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, jul/ago, 2005. Disponível em: <[Untitled-3 \(scielo.br\)](#)>. Acesso em 15. Jun. 2021.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: Geopolítica da Fome**. São Paulo: Cortez Editora, 2013. 336p.